**PODER**

Itamaraty e Comissão de Relações Exteriores do Senado, presidida por Renan Calheiros, trabalham para afastar da linha de frente da diplomacia brasileira nomes ligados a Bolsonaro. Expurgo vai atingir cargos estratégicos nas organizações internacionais

# Planos para trocas nas embaixadas

» VINICIUS DORIA

O Itamaraty e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado começam a preparar o terreno para uma mudança geral nas embaixadas brasileiras e em cargos de organismos multilaterais, com o objetivo de afastar da linha de frente da diplomacia do país os nomes ligados ao governo de Jair Bolsonaro (PL). O expurgo promete ser grande e vai atingir algumas das embaixadas mais importantes do Brasil e cargos estratégicos nas organizações internacionais.

A guinada na política externa brasileira faz parte da estratégia adotada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva de confrontar o bolsonarismo em todas as frentes possíveis. Para isso, o governo conta com um aliado fiel, o senador Renan Calheiros (MDB-AL), que assumiu, nesta semana, o comando da CRE.

O primeiro passo foi dado: o Palácio do Planalto retirou da comissão uma lista de 16 diplomatas indicados pelo governo anterior para assumir embaixadas que estão sem titular. Uma nova lista será encaminhada nas próximas semanas.

Conhecida como a comissão "dos punhos de renda", por adotar protocolos da diplomacia, como receber delegações estrangeiras e representar o Poder Legislativo em agendas internacionais, a CRE deverá ganhar um protagonismo inédito a partir deste ano. "A prioridade à frente da comissão, neste momento único da história, é a reconstrução, o resgate do papel que o Brasil sempre exerceu no cenário internacional", disse Renan Calheiros ao **Correio**.

Além das relações externas, em que a prioridade será a reinserção do país nas agendas globais, o novo presidente do colegiado pretende acompanhar de perto a atividade militar, cuja relação com os Três Poderes foi contaminada pela proximidade dos comandos das Forças Armadas com o projeto de poder de Bolsonaro. Os ataques golpistas de 8 de janeiro acenderam o sinal de alerta do novo governo.

Waldemir Barreto/Agência Senado




**Calheiros: "A prioridade, neste momento único da história, é o resgate do papel que o Brasil sempre exerceu no cenário internacional"**

O primeiro ato de Calheiros não poderia ser mais simbólico: ele vai pautar para apreciação da CRE o projeto da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 que tipifica os crimes contra a humanidade, como o genocídio. O parlamentar presidiu a investigação do Senado que apontou as responsabilidades do governo anterior na condução da crise sanitária que provocou quase 700 mil mortes no país.

Recolocar a pandemia na pauta política também faz parte da estratégia de desconstrução do bolsonarismo e de responsabilização do ex-presidente por erros de comando. Dessa forma, a comissão também relembrará a participação do general Eduardo Pazuello (eleito deputado federal pelo PL do Rio de Janeiro) na condução do Ministério da Saúde.

A política externa é uma seara promissora para marcar diferenças entre os dois governos. Quando vem acompanhada de um escândalo que envolve militares, ganha contornos ainda mais urgentes, que vão ser explorados pelos aliados de Lula na CRE. É o caso do escândalo das joias que o ex-presidente recebeu na Arábia Saudita. Calheiros quer que o tema também faça parte da agenda da comissão, que deve acompanhar as investigações sobre a participação de militares, como o ex-ministro de Minas e Energia almirante Bento Albuquerque e o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro no Palácio do Planalto tenente-coronel Mauro Cid. Até por obrigação regimental, as primeiras autoridades ouvidas na comissão serão os ministros das Relações Exteriores, embaixador Mauro Vieira, e da Defesa, José Múcio Monteiro.

A reinserção do Brasil nos principais fóruns multilaterais — em especial, a Organização Mundial de Comércio (OMC) — e a reativação dos blocos econômicos que perderam importância no governo anterior, como o Mercosul (que deverá retomar as discussões com a União Europeia para retirada de barreiras comerciais) e o Brics (acrônimo da união entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), vão competir, em importância, com a chamada diplomacia ambiental, que envolve os debates sobre aquecimento global e sustentabilidade em todo o mundo.

## Artilharia pesada

Enquanto a diplomacia caminha pela trilha da chamada "soft power" (poder suave, em tradução livre), Calheiros prepara artilharia pesada contra o governo Bolsonaro, reforçando o discurso da gestão Lula de que o período anterior não representa a tradição brasileira nas relações externas.

A imagem do país foi severamente comprometida por uma série de episódios que serão lembrados pelo senador, como o comentário do ex-chanceler Ernesto Araújo, em 2020, de que, se a "nova política externa (do governo Bolsonaro) nos faz ser um pária internacional, que sejamos esse pária".

"O Brasil sempre foi respeitado pelos pressupostos de sua chancelaria, e isso, infelizmente, foi dilapidado no governo anterior, ao ponto de nos tornarmos pária mundial. Mas o Brasil voltou ao centro das atenções, e o mundo demonstrou que estava com saudades do Brasil", disse Calheiros.

Com Bolsonaro, o país se aproximou de governos pouco democráticos (como Hungria e Polônia) e ditaduras de fato, como a da Arábia Saudita — agora, pivô do caso das joias (**leia reportagem na página 4**). Também criou embaraços na relação com o maior parceiro comercial do país, a China, quando Bolsonaro declarou que não confiava "na vacina chinesa (contra covid-19)", e se alinhou de corpo e alma ao governo de Donald Trump nos Estados Unidos, a ponto de não criticar a invasão do Capitólio e fazer do Brasil o último membro do G-20 a reconhecer a vitória de Joe Biden nas urnas, 38 dias depois de o democrata ser declarado ganhador das eleições presidenciais.

### » Amorim se reúne com Maduro

Uma delegação do Brasil liderada pelo ex-chanceler Celso Amorim viajou à Venezuela e se encontrou, na quarta-feira, com o presidente Nicolás Maduro em Caracas. A visita foi compartilhada por Maduro nas redes sociais. "Estamos comprometidos com a renovação de nossos acordos de união e solidariedade que garantem o crescimento e o bem-estar da Venezuela e do Brasil", declarou Maduro, que comanda a ditadura no país.

**NAS ENTRELINHAS**



**Por Luiz Carlos Azedo**
luizazedo.df@dabr.com.br

# Blocão de Lira se desfaz com o PT isolado

Ao contrário do que aconteceu no Senado, onde a disputa entre o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que foi reeleito, e o candidato bolsonarista Rogério Marinho (PL-RN) foi um divisor de águas entre a base do governo e a oposição, o blocão formado para reeleger Arthur Lira (PP-AL) presidente da Câmara criou uma espécie de "terra de ninguém" entre a base do governo e a oposição. Com 495 deputados, a base de Lira é um terreno pantanoso para o Palácio do Planalto, que não sabe ainda com quem poderá contar nos partidos do Centrão. Somente o PSol-Rede e o Novo ficaram de fora do blocão, que agora está se desmanchando.

Se o blocão foi muito bom para Lira, não foi nem um pouco para o governo. Fortaleceu o presidente da Câmara, que teve a reeleição mais consagradora da história, mas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não conseguiu estruturar sua base. Mesmo que o deputado Rui Falcão(PT-SP) venha a presidir a Comissão de Constituição e Justiça, em acordo com Lira, sua composição é o primeiro sinal de que a governabilidade de Lula depende da "boa vontade" do presidente da Câmara. Dos 64 assentos, PT e aliados, como o PDT e o PSB, têm apenas cerca de 15 deputados, dos quais 10 são petistas ou deputados federados do PCdoB e PV. Com 26 integrantes, PP, Republicanos e Podemos formam a oposição, sendo 13 do PL, o partido de Bolsonaro. União Brasil, MDB, PSD e deputados do Centrão ligados a Lira somam 18 deputados na CCJ. Restam mais cinco independentes, entre os quais os deputados da federação PSDB-Cidadania.

Parece que não caiu a ficha para o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), que não conseguiu formar um bloco com os aliados tradicionais do presidente Lula, como o PSB, o PDT e o Solidariedade. Ontem, com a presença do vice-presidente Geraldo Alckmin, a Executiva do PSB aprovou a decisão de formar uma federação com as duas legendas, mirando a construção de uma grande força de centro-esquerda, espaço que o PT não conseguiu ocupar e, aparentemente, também não o deseja. Os três partidos tiveram desempenho aquém de suas próprias expectativas no ano passado: PSB caiu de 18 deputados para 14; PDT, de 28 para nove; Solidariedade, que incorporou o Pros, tem sete. Com isso, o bloco terá 34 deputados.

Na terça-feira próxima, as cúpulas das três legendas vão se reunir para consolidar a federação. A decisão dos três partidos é uma resposta ao hegemonismo petista, principalmente em relação à orientação política e composição dos ministérios. Nem mesmo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, está a salvo do fogo amigo petista. Mesmo que as pressões do PT sejam um jogo combinado entre o presidente Lula e a deputada Gleisi Hoffmann, os resultados não estão sendo bons para o governo, que parece ao sabor dos acontecimentos e disperso na ação política.

## Falta de foco

Pressionado pelos acontecimentos, o presidente Lula tem se saído bem, como nos casos da tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro, que enfraqueceu muito a extrema direita; do genocídio de ianomâmis, em Roraima; e, agora, o escândalo das joias presenteadas pela Arábia Saudita à ex-primeira-dama Michele Bolsonaro, no valor de R$ 16 milhões, no qual o ex-presidente Bolsonaro está cada vez mais encalacrado. Entretanto, o governo parece disperso e sem foco nas suas prioridades. Todos os ministros e partidos da coalizão de governo deveriam estar mais preocupados com a articulação da base governista no Congresso para aprovar os principais projetos de governo, entre os quais a reforma tributária.

O Centrão é mais venha a nós do que ao vosso reino. Os ministros do União Brasil Daniela Carneiro (Turismo), Waldez Góes (Integração) e Juscelino Filho (Comunicações) desgastam o governo. A primeira por causa do apoio eleitoral das milícias da Baixada Fluminense; o segundo, ex-governador do Amapá, foi condenado por peculato. Juscelino só foi mantido no cargo porque o presidente da Câmara pressionou o governo. O parlamentar maranhense usou um avião da FAB para compromisso privado: um leilão de cavalos.

Desde a indicação dos três ministérios, numa negociação conduzida pelo senador Davi Alcolumbre (AP), que acaba de ser reeleito para a presidência da Comissão de Constituição e Justiça, a bancada do União Brasil na Câmara está rebelada. Não há nenhuma garantia de que os três ministros possa realmente garantir os votos que o governo precisa ter na Casa. O líder da legenda na Câmara, deputado Elmar Nascimento (BA), é mais aliado de Lira, que deseja fazê-lo seu sucessor, do que do presidente Lula.

Lira é o principal artífice da negociação entre o PP (47 deputados) e o União Brasil (59) para a formação de uma federação, quiça uma fusão, que está emperra por causa dos conflitos regionais. Caso as divergências sejam superadas, os dois partidos serão a maior forca política da Câmara, com 106 deputados, suplantando o PL (99) e a federação PT-PCdoB-PV (81).